



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade - 16/09/2016

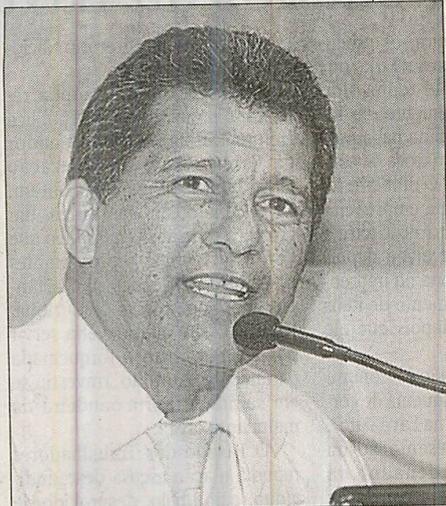
Dois vereadores foram presos e 8 afastados

Antônio Carlos Garcia
DA EQUIPE JC

Nesta quarta-feira, a juíza Valéria de Oliveira Lazar Libório, da 2ª Vara Criminal, decretou a prisão preventiva dos vereadores Agamenon Sobral (PHS) e Tijó Barreto Evangelista (PR) – eles foram presos ontem. A decisão da juíza também afastou das funções públicas outros oito parlamentares. Essas prisões são fruto do aprofundamento das investigações da Operação Indenizar-SE, que ocorreu em 31 de março deste ano, quando 15 dos 24 vereadores que compõem a Câmara Municipal de Aracaju foram acusados pela polícia e Ministério Público Estadual de um desvio de mais de R\$ 7 milhões das chamadas verbas indenizatórias.

As prisões dos dois vereadores, do advogado e ex-vereador Alcivan Menezes e dos filhos dele (Alcivan Menezes Filho, Richard Leon Freitas Silveira e Pedro Ivo Santos Carvalho) ocorreram ontem pela manhã, numa operação que reuniu 35 policiais civis e delegados do Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap). A polícia usou carros descaracterizados para não chamar a atenção.

Os vereadores Agamenon



Acrísio Siqueira/CMA



Acrísio Siqueira/CMA

AGAMENON MAGALHÃES e Adelson Barreto Filho permanecem detidos

Sobral e Tijó Barreto se apresentaram no final da manhã na Secretaria de Segurança Pública (SSP), quando foi dada a voz de prisão. Todos os presos estão custodiados na 2ª Delegacia Metropolitana. Hoje, às 8 horas, haverá uma entrevista coletiva no Ministério Público Estadual, quando serão explicados os motivos das prisões e dos afastamentos dos vereadores.

Além de decretar as prisões preventivas, a juíza Valéria Lazar Libório determinou o afastamento até o julgamento do

processo de oito vereadores de suas funções, proibindo-os de acesso ou frequência à sede da Câmara Municipal de Aracaju. Os vereadores são os seguintes: Adriano Taxista (PSDB), Agnaldo Feitosa (PMDB), Jailton Santana (PSDB), Augusto do Japãozinho (PTdoB), Valdir Santos (PTdoB), Daniela Fortes (PEN), Emmanuel Nascimento (PT) e Renilson Felix (DEM).

“Não roubei“

Dentre os vereadores que foram afastados pela Jus-

tiça, somente Emmanuel Nascimento (PT) se dispôs a falar com o JORNAL DA CIDADE. Ele disse que respeita a decisão da Justiça, vai cumprí-la, mas irá defender-se, pois alega inocência. “Em 40 anos de trabalho só tenho uma casa para morar e uma outra no Mosqueiro. Eu não roubei nada. Estou tranquilo com relação a isso, vou provar minha inocência. Quando uma pessoa rouba, o dinheiro tem que aparecer em algum lugar”, explicou.

Operação investiga desvio de verbas na CMA

As decisões da Justiça ontem, que prendeu preventivamente dois vereadores e afastou do parlamento outros oito, são o desdobramento da Operação Indenizar-SE, deflagrada pela Polícia Civil no dia 31 de março deste ano. A Polícia Civil e o Ministério Público acusaram, na época, 15 dos 24 vereadores da Câmara Municipal de terem provocado um rombo de mais de R\$ 7

milhões aos cofres públicos, ao supostamente pagarem por serviços não realizados. O desvio estaria ocorrendo, segundo o promotor de Justiça, Henrique Cardoso, de 2013 a 2015.

Naquela ocasião, o advogado e ex-vereador Alcivan Menezes foi preso, mas disse que estava “tranquilo”. O objetivo do inquérito policial visava apurar desvio de verbas de indenização feito através do pagamento de servi-

ços advocatícios não prestados e locação de veículos em contratos fictícios. Em um deles, por exemplo, um veículo Fiat, ano 1992, era alugado por uma diária de R\$ 2 mil. Detalhe: o carro tinha placa de outro veículo.

A investigação foi iniciada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e a operação contou com a participação de mais de 35 policiais civis, além dos promotores de Justiça, Jarbas Ade-

lino, Henrique Cardoso e Bruno Melo, do grupo de combate a improbidade administrativa do Ministério Público Estadual.

Durante entrevista em uma emissora de rádio, o vereador Agamenon Sobral – um dos investigados – disse que essa investigação ocorreu porque o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Clóvis Barbosa, tem uma rixa pessoal com o ex-vereador Alcivan Menezes.